

Rede de Resiliência da Região Serrana

Data marca os 11 anos das inundações na Região Serrana em 2011

Alana Gandra - Agência Brasil

Uma reunião virtual organizada por professores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) Região Serrana, com participação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), resultou nesta quarta-feira (12) à noite na criação da Rede de Resiliência da Região Serrana. A data marca os 11 anos da tragédia que se abateu sobre a região serrana fluminense em 2011, quando deslizamentos de terra e inundações provocaram 918 mortes e o desaparecimento de 99 pessoas.

O MPRJ foi representado pela procuradora de Justiça Denise Tarin, coordenadora do projeto Morte Zero, criado em 2014 com o objetivo de mobilizar a sociedade e os órgãos públicos do estado com relação aos riscos gerados pelas chuvas. A data de criação da Rede de Resiliência foi escolhida como uma marca da necessidade de participação da sociedade civil como um todo na estratégia de prevenção de desastres, explicou Denise Tarin ontem (13), à Agência Brasil.

O encontro contou também com a presença da pesquisadora Ana Luiza Coelho Netto, coordenadora do Laboratório de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); dos pesquisadores Simone Oliveira e Sergio Portella, da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz); da diretora da Rede de Cuidados RJ/Psicologia em Emergências e Desastres da UFRJ, Samira Younes; além de organizações não governamentais (ONGs) e da comunidade dos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Vulnerabilidade

Denise Tarin salientou que a ideia era marcar os 11 anos do desastre de 2011 na região serrana. “Porque a gente acredita que esse desastre ainda não terminou. Existe a visão que pessoas ainda estão em estado de vulnerabilidade”.

Moradores do Vale do Cuibá, um dos mais atingidos pela tragédia, em Petrópolis, destacaram, durante a reunião, a necessidade de se estabelecerem novas estratégias, com priorização para a participação da comunidade. “Eles entendem que só a estratégia da Defesa Civil, construída pelo Poder Público, por si só não dá conta dos desafios de proteger a vida humana”, comentou a procuradora de Justiça.

Denise lembrou que a região serrana, por ter a maior precipitação pluviométrica do estado do Rio de Janeiro, possui um histórico de desastres sem precedentes no território fluminense. Insistiu que devem ser buscadas estratégias onde se possa combinar dados, informação, comunicação e participação comunitária.



PROFESSORES criam Rede de Resiliência da Região Serrana com participação do Ministério Público do Estado do Rio

Uma nova reunião foi marcada para o dia 2 de fevereiro, onde cada instituição levará suas capacidades para integrar a Rede que, no momento, está na fase de organização da inteligência coletiva do estado do Rio de Janeiro.

“O nosso propósito é reunir tudo que nós temos na região serrana para que, efetivamente, a gente garanta uma participação das pessoas que vivem nos territórios mais suscetíveis a deslizamentos e inundações, para que isso seja integrado também na estratégia de resposta do Poder Público”.

Os temas nos quais a Rede

dará maior foco serão definidos a partir das contribuições das instituições participantes.

Tirar do papel

Segundo Denise, já ficou clara a necessidade de haver políticas de defesa civil implementadas, em trabalho coletivo e conjunto com a Política Nacional de Mudanças Climáticas. “Porque isso tudo que se fala aqui é política pública. E o que nós precisamos é tirar essa política do papel”, indicou a procuradora do MPRJ.

“Ficou claro também que

não dá mais para todo ano a gente estar assistindo à perda da vida humana, à perda de patrimônio e a todo esse sofrimento. A gente se ressentiu de políticas que possam dar conta de forma preventiva. Essa é uma tomada de decisão da academia, dos pesquisadores e da sociedade civil. E eu, como membro do Ministério Público, minha leitura sempre é estar ao lado da coletividade, para além da arena do Poder Judiciário, porque o MP entra com as ações, mas por si só decisão de juiz não está revertendo os riscos de desastres no estado do Rio de Janeiro”, disse.

Restaurante do Povo na cidade terá operação estadual

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e a prefeitura de Petrópolis formalizaram, nesta quinta-feira (13/01), a assinatura do termo de estadualização do Restaurante do Povo da cidade. A previsão é que o equipamento passe para a operação do Estado em março.

- Seguimos no enfrentamento da fome em nosso estado, uma das faces tristes desta pandemia da covid-19. Ações como essa vão ajudar a parcela da população que mais precisa de atenção: os vulneráveis. Dentro do PactoRJ, um dos nossos pilares é devolver a dignidade social à população fluminense - afirmou o governador Cláudio Castro.

A assinatura entre as partes ocorreu na Prefeitura de Petrópolis. Sob a gestão estadual, o restaurante deve ser reformado e ter sua capacidade ampliada

de mil para 1.500 refeições servidas diariamente.

- Vivemos um novo tempo sob a gestão do governador Cláudio Castro; um tempo em que o governo estadual trabalha em parceria com as prefeituras do nosso estado, ouvindo e ajudando nas demandas das nossas cidades - falou o secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Matheus Quintal, que completou:

- A estadualização desse equipamento vai aliviar os cofres da prefeitura e permitir atender a mais pessoas com alimentação de qualidade e a preços populares - disse Quintal.

O compromisso de estadualizar a operação do restaurante foi assumido pelo governador Cláudio Castro em novembro do ano passado.

A assinatura entre as partes contou com a presença dos vereadores Hingó Hammes e Eduardo do Blog.

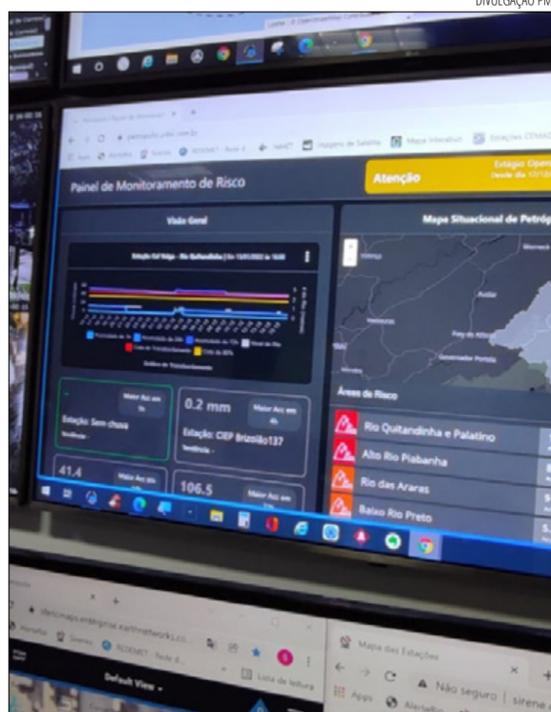
Sistema de monitoramento da Prefeitura tem novos instrumentos

Alana Gandra - Agência Brasil

Uma reunião virtual organizada por professores do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet) Região Serrana, com participação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), resultou nesta quarta-feira (12) à noite na criação da Rede de Resiliência da Região Serrana. A data marca os 11 anos da tragédia que se abateu sobre a região serrana fluminense em 2011, quando deslizamentos de terra e inundações provocaram 918 mortes e o desaparecimento de 99 pessoas.

O MPRJ foi representado pela procuradora de Justiça Denise Tarin, coordenadora do projeto Morte Zero, criado em 2014 com o objetivo de mobilizar a sociedade e os órgãos públicos do estado com relação aos riscos gerados pelas chuvas. A data de criação da Rede de Resiliência foi escolhida como uma marca da necessidade de participação da sociedade civil como um todo na estratégia de prevenção de desastres, explicou Denise Tarin ontem (13), à Agência Brasil.

O encontro contou também com a presença da pesquisadora Ana Luiza Coelho Netto, coordenadora do Laboratório de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); dos pesquisadores Simone Oliveira e Sergio Portella, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); da diretora da Rede de Cuidados RJ/Psicologia em Emergências e Desastres da UFRJ, Samira Younes; além de organizações não



NOVOS instrumentos para identificar situação de emergência

governamentais (ONGs) e da comunidade dos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Vulnerabilidade

Denise Tarin salientou que a ideia era marcar os 11 anos do desastre de 2011 na região serrana. “Porque a gente acredita que esse desastre ainda não terminou. Existe a visão que pessoas ainda estão em estado de vulnerabilidade”.

Moradores do Vale do Cuibá, um dos mais atingidos pela tragédia, em Petrópolis, destacaram, durante a reunião, a necessidade de se estabelecerem novas estratégias, com priorização para a participação da comunidade. “Eles entendem que só a

estratégia da Defesa Civil, construída pelo Poder Público, por si só não dá conta dos desafios de proteger a vida humana”, comentou a procuradora de Justiça.

Denise lembrou que a região serrana, por ter a maior precipitação pluviométrica do estado do Rio de Janeiro, possui um histórico de desastres sem precedentes no território fluminense. Insistiu que devem ser buscadas estratégias onde se possa combinar dados, informação, comunicação e participação comunitária.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 2 de fevereiro, onde cada instituição levará suas capacidades para integrar a Rede que, no momento, está na fase de organização da in-

teligência coletiva do estado do Rio de Janeiro.

“O nosso propósito é reunir tudo que nós temos na região serrana para que, efetivamente, a gente garanta uma participação das pessoas que vivem nos territórios mais suscetíveis a deslizamentos e inundações, para que isso seja integrado também na estratégia de resposta do Poder Público”.

Os temas nos quais a Rede dará maior foco serão definidos a partir das contribuições das instituições participantes.

Tirar do papel

Segundo Denise, já ficou clara a necessidade de haver políticas de defesa civil implementadas, em trabalho coletivo e conjunto com a Política Nacional de Mudanças Climáticas. “Porque isso tudo que se fala aqui é política pública. E o que nós precisamos é tirar essa política do papel”, indicou a procuradora do MPRJ.

“Ficou claro também que não dá mais para todo ano a gente estar assistindo à perda da vida humana, à perda de patrimônio e a todo esse sofrimento. A gente se ressentiu de políticas que possam dar conta de forma preventiva. Essa é uma tomada de decisão da academia, dos pesquisadores e da sociedade civil. E eu, como membro do Ministério Público, minha leitura sempre é estar ao lado da coletividade, para além da arena do Poder Judiciário, porque o MP entra com as ações, mas por si só decisão de juiz não está revertendo os riscos de desastres no estado do Rio de Janeiro”, disse.



ESTADO e Prefeitura assinam compromisso para estadualização

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 14/01/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

COMUNICADO

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Petrópolis torna público que a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 005/2021, aquisição de licença Open/CSP de sistema operacional Microsoft Windows 10 Profissional SINGL OLP em sua última versão, com suporte ativo pelo fabricante, suporte ao serviço de rede Active Directory Domain System e licença corporativa, respeita-

da a legislação em vigor, constante no Anexo I do Edital, foi, em sessão pública realizada em 13 de janeiro de 2022, declarada DESERTA na forma que dispõe a Lei nº 8.666/93, face à ausência de interessados.

Petrópolis, 13 de janeiro de 2022.

Carolina Kreischer Costa
e Silva Cruzick
Pregoeira